

# *Superior Tribunal de Justiça*

**PET no RECURSO ESPECIAL Nº 1.808.113 - PR (2018/0327143-1)**

**RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**  
**REQUERENTE : LUIZ EDUARDO LANDVOIGT NEGRAO**  
**ADVOGADOS : VICENTE BOMFIM - PR072059**  
**JÉSSICA LOUIZE DOS SANTOS BUIAR E OUTRO(S) - PR087832**  
**REQUERIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ**

## **DECISÃO**

Trata-se de petição de fls. 398/401, na qual o Requerente postula seja reconhecida a tempestividade de seu recurso especial interposto para o Superior Tribunal de Justiça, de forma a determinar seu processamento e provimento.

Relatados. Decido.

O pedido não comporta acolhimento, uma vez que a questão referente à tempestividade do recurso interposto já foi analisada e apreciada nesta instância superior.

Mesmo considerado o erro material quanto à classe processual do recurso interposto, devidamente corrigida na certidão de fl. 404, conforme se depreende dos autos, por meio da decisão de fls. 390/391 foi reconhecida a intempestividade do recurso especial, culminando com seu não conhecimento, cujo trânsito em julgado operou-se em 11/2/2019 (fl. 396).

Cumprе esclarecer, ainda, pois se encontra pacificado nesta Corte, que a ocorrência de feriado local, recesso, paralisação ou interrupção do expediente forense deve ser demonstrada por documento idôneo, no ato da interposição do recurso que pretende seja conhecido por esta Corte, providência que não foi cumprida no caso, tanto na apresentação do recurso, quanto destes aclaratórios.

A propósito:

**PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. INTEMPESTIVIDADE DO AGRAVO. SUSPENSÃO DO PRAZO RECURSAL. NÃO COMPROVAÇÃO. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.**

I. Nos termos da jurisprudência desta Corte, eventual suspensão do prazo recursal, decorrente de ausência de expediente ou de recesso forense, feriados locais, entre outros, deve ser comprovada, por ocasião da interposição do recurso, no Tribunal de origem.

# Superior Tribunal de Justiça

Precedentes do STJ.

II. Na hipótese, não foi colacionado documento oficial ou certidão do Tribunal a quo, seja no Agravo em Recurso Especial, seja por ocasião da interposição do presente Agravo Regimental, comprovando a ausência de expediente forense, na origem, nos dias 16 e 17/04/2014, quarta e quinta-feiras, de forma a afastar a intempestividade do Agravo em Recurso Especial.

III. Agravo Regimental improvido.

(AgRg no AREsp 527.290/MG, 2ª Turma, Rel. Min. Assusete Magalhães, DJe de 22/8/2014).

Ressalte-se que nos termos do art. 507 do Código de Processo Civil, "É vedado à parte discutir no curso do processo as questões já decididas a cujo respeito se operou a preclusão."

Por fim, não tem o julgador obrigação de receber qualquer recurso como uma espécie recursal diferente da interposta. No caso, o recebimento da petição como *habeas corpus* é uma faculdade judicial, quando presente a flagrante ilegalidade.

No entanto, para se chegar à conclusão de que existiria flagrante ilegalidade apta a gerar constrangimento ilegal, o que recomendaria (veja-se que não se trata de uma obrigação) a concessão da ordem de ofício, seria necessária a incursão no exame de mérito do recurso especial, o qual, porém, restou prejudicado pela ausência de preenchimento dos pressupostos recursais objetivos e a consequente inadmissibilidade do recurso, que obstou a abertura desta instância superior.

Não fosse isso, veja-se que a apreciação meritória, salvo em alguns casos específicos, refoge à competência da presidência desta Corte, nos termos do artigo 21-E do RISTJ, o que também, impede o recebimento do recurso como *habeas corpus*.

Ante o exposto, INDEFIRO O PEDIDO.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 08 de outubro de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente